

Analisando conflitos: percepção ambiental de comunidades na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu

Marina Barbosa Zborowski & Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Tem-se verificado com frequência que a conservação ambiental não pode ser efetivada em longo prazo sem que se considerem igualmente os fatores sociais como determinantes nos processos ditos "ambientais". Este fato se aplica também no caso da gestão de Unidades de Conservação, que muitas vezes não conseguem promover adequadamente sua finalidade básica de conservação da natureza devido à pressão antrópica em seu entorno ou mesmo em seu interior. Diante deste cenário, a gestão participativa, na qual se insere a mediação de conflitos entre agentes sociais, pode se constituir em uma das ferramentas mais adequadas no sentido de superar os problemas identificados e os conflitos de uso que comprometem a conservação *in situ*.

O plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Macacu está em processo de construção com a participação da população local, objetivando a formulação de diretrizes e de um plano de ação que visem a gestão integrada e participativa, bem como a sustentabilidade da referida UC. Sendo assim, este trabalho se constitui na fase inicial do projeto de mestrado desenvolvido com o objetivo de verificar e categorizar as diferentes percepções ambientais das comunidades residentes na APA, identificando também possíveis conflitos existentes. Para isto, utilizará métodos como observação participante e entrevistas semi-estruturadas com moradores locais que permitam a apreensão das percepções dos atores, correlacionando-os com seu modo de vida e condição socioeconômica com vistas a produzir subsídios para futuras políticas educacionais e ambientais que visem a sustentabilidade socioambiental e a emancipação da população em sua luta por justiça social e dignidade de vida.

Dentro de seus limites e diante de um processo de desenvolvimento econômico pautado na expropriação do trabalhador e do patrimônio natural, uma das principais ferramentas para a conservação da natureza são as Unidades de Conservação (UC). Para superar as dificuldades de gestão destas unidades territoriais e as ações que dicotomizam natureza e cultura, a mediação de conflitos, seja resolvendo-os e/ou explicitando-os, só é possível por meio do entendimento das diferentes realidades socioeconômicas e culturais da população associada a estes territórios. A educação ambiental pode atuar diretamente neste aspecto, uma vez que é reconhecida como um

instrumento de suma importância para mobilizar a população, trabalhando de forma contextualizada suas múltiplas percepções, necessidades e interesses. A identificação dos atores locais e de suas percepções em relação ao ambiente em que vivem compreende uma das abordagens necessárias para a construção participativa do plano de manejo, pois o conhecimento de diferentes realidades permite a formulação de políticas educacionais mobilizadoras ao processo de gestão participativa.

Analisar a percepção ambiental, como também possíveis conflitos de interesse de comunidades residentes ao longo da APA da Bacia do Rio Macacu, com o intuito de oferecer subsídios à avaliação qualitativa das possíveis implicações sociais e ambientais da existência desta UC na região e, portanto, à elaboração do plano de manejo e ao planejamento e gestão da APA em questão.

A metodologia se baseia nos princípios da pesquisa participante e será realizada em etapas. A etapa marcada por investigar a percepção ambiental das comunidades será feita por meio da observação participante e de entrevistas qualitativas semi-estruturadas em profundidade aplicadas aos moradores locais. Além disso, este trabalho exigirá um esforço de investigar possíveis contradições sociais, brechas e nuances do discurso, já que as realidades sociais englobam diferentes relações de poder, instaurando conflitos e opressões.

Como nos aponta Vasconcelos (2002), a pesquisa participante tem um papel fundamental, porque ela permite a imersão do pesquisador em determinada realidade, passando a adquirir um olhar “de dentro”, podendo entender melhor aspectos sociais, culturais, subjetivos, ideológicos e políticos que a pesquisa positivista e objetivista não conseguiria captar.

Tomando-se a concepção de ambiente como seu espaço de vida, as entrevistas serão conduzidas com o fim de coletar informações referentes às relações dos moradores com o espaço natural e construído, buscando apreender suas afetividades, críticas, atitudes e expectativas frente ao ambiente em que vivem e a APA da Bacia do Rio Macacu. Esta etapa será precedida por estratégias convencionais, como a pesquisa por fontes bibliográficas necessárias para a contextualização dos conceitos a serem problematizados, a fim de tornar possível uma dialética permanente entre o trabalho empírico com aspectos históricos e globais por meio de uma abordagem crítica.

A gestão participativa em Unidades de Conservação tem como um dos seus objetivos norteadores a conservação dos recursos naturais de forma efetiva e de longo prazo, sem, com isso, excluir parcelas significativas da população do acesso aos meios

básicos de vida, representadas em grupos sociais em condições de maior vulnerabilidade socioambiental. Logo, além de sua importância para a conservação, este modelo de gestão se constitui em um instrumento para a melhoria das condições de vida da população residente em UC ou em seu entorno, por intermédio da promoção do diálogo entre os diversos grupos sociais que interagem no território protegido, criando a possibilidade de se chegar a uma situação “em que a sustentabilidade das condições de vida desses grupos sociais auxilie na preservação, atenuando pressões degradantes sobre o patrimônio natural” (Loureiro *et al*, 2003).

Portanto, este processo gestor tem como objetivo permitir o desenvolvimento social com conservação, promovendo a participação dos grupos sociais nos processos decisórios no ambiente em que vivem e possibilitando um novo patamar nas relações que estabelecemos na natureza. Por outro lado, para que esse processo possa ser efetivado, há necessidade de se fomentar pesquisas engajadas com a transformação social, a partir de uma proposta pedagógica que vise a emancipação.

A partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, instauram-se os conflitos pela apropriação e pelos usos do patrimônio natural e se realizam os processos educativos e cidadãos, voltados para a gestão democrática do ambiente (Loureiro, 2002). A mediação de conflitos, assim como a promoção de formas distintas de apropriação material do ambiente, que respeitem as características culturais locais, é fundamental para o adequado planejamento. Desta forma, a Educação Ambiental necessita de estudos que se utilizam da percepção ambiental, pois é uma ferramenta que procura contribuir para a compreensão das diferentes relações do ser humano com o seu espaço de vida, tendo como foco o entendimento de suas subjetividades.

O presente estudo terá a oportunidade de fazer um levantamento da percepção da própria realidade das comunidades locais a respeito dos problemas e conflitos percebidos e gerados com essa mobilização, bem como de sua relação com a APA da Bacia do Rio Macacu. Este estudo contribui para o esforço nacional de reorientação dos processos de gestão em UC, dado que há um crescente reconhecimento nas políticas públicas de que as UC possuem, além da conservação ambiental, uma função social de reintegração da sociedade aos espaços naturais. Podemos citar como exemplo concreto dessa transição paradigmática o decreto que instituiu este ano o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Brasil, 2006). Portanto, a avaliação desse processo poderá gerar

subsídios para o monitoramento da gestão da APA, como também para o aperfeiçoamento de metodologias que visem uma participação efetiva da sociedade.

A APA, apesar de sua classificação no SNUC como categoria de “Uso Sustentável”, não exclui a necessidade de que haja um monitoramento da gestão colocada em prática para que não se caia em tendências autoritárias, correndo o risco de se gerar conflitos sem a possibilidade de negociação entre o Estado e a comunidade local, a ponto de prejudicar a sua própria sobrevivência e os direitos sociais das populações que dependem dos recursos naturais ali existentes. O estudo da percepção, neste contexto e como subsídio às práticas de educação ambiental, é um importante instrumento para se gerar políticas públicas condizentes com a cultura e as necessidades dos grupos sociais associados às UC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 5758/ 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília: 2006.

LOUREIRO, C.F.B. *Educação ambiental crítica: princípios teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Hotbook. 2002.

LOUREIRO, C.F.B; AZAZIEL, M.; FRANCA, N.; BRASILEIRO, R.F.; MUSSI, S.M.; LAFAILLE, T.M.S.; LEAL, W.O. *Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: IBAMA/IBASE. 2003.

VASCONCELOS, E.M. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.